

HABEAS CORPUS Nº 551.036 - SP (2019/0369860-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MELINA TERESA VAZ MAGRANER E OUTRO
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA MAGRANER - SP032779
MELINA TERESA VAZ MAGRANER - SP388365
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C R F (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de C R F, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que denegou o *writ* de origem, por acórdão de fls. 15-17.

O paciente foi condenado à pena de 28 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão pela prática dos crimes previstos nos arts. 217-A e 218-A, na forma do art. 69, todos do Código Penal, tendo sido decretada a prisão preventiva na sentença.

O impetrante argumenta que o decreto de prisão preventiva carece de fundamentação idônea e não preenche os requisitos que autorizam a custódia cautelar. Aduz ter o paciente respondido o processo, até a sentença, em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o *Parquet* pelo não conhecimento da ordem.

Na origem, processo n. 0001919-81.2016.8.26.0028, consta a juntada de petição de razões de apelação em 3/3/2020, consoante informações do *site* do TJSP (acesso em 20/3/2020).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da sentença que decretou a prisão preventiva (fls. 36-37):

Verifico que o réu deve ser preso preventivamente por este processo para garantia da ordem pública, com espeque na gravidade concreta do delito, considerando-se ainda que, caso fique solto, poderá intimidar as vítimas que prestaram os relatos necessários à condenação e certamente tornará a praticar

Superior Tribunal de Justiça

delitos sexuais, inclusive oferecendo um risco para os seus outros netos de 07 anos, sendo as cautelares diversas da prisão insuficientes ao acautelamento da sociedade, razões pelas quais DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do sentenciado, com lastro nos artigos 312 e 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Do excerto, como adiantado em sede liminar, extrai-se que a prisão preventiva foi decretada com base na gravidade concreta da conduta criminosa, que consistiu na prática de atos libidinosos pelo réu com três de seus netos menores de idade ou na presença destes. Ressaltou-se também o risco de reiteração delitiva em relação a seus outros netos de 7 anos de idade, bem como a possibilidade de intimidação das vítimas que prestaram os relatos necessários à condenação.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva a verificação de circunstâncias reveladoras de uma gravidade acentuada do delito, evidenciada na periculosidade do agente que, abusando da confiança adquirida junto à família, pratica atos libidinosos com seus netos menores de idade ou na presença destes. Nesse sentido: RHC n. 49789/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 26/8/2014; HC n. 258943/MT – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator